AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO PARA A FORMAÇÃO DE COORDENADORES PEDAGÓGICOS ESTUDO DE CASO

Ronaldo Figueiredo Venas - UFBA
Email: rfvenas@ig.com.br

Resumo: A história da coordenação pedagógica é relativamente recente, iniciada a partir dos anos 1980, em substituição à supervisão pedagógica, que tinha o papel fiscalizador de professores, totalmente ligada que era ao curso de pedagogia e a Lei de Diretrizes e Bases no. 5.692/71, outorgada em pleno regime autoritário. Assim, apresentaremos neste artigo a função da supervisão pedagógica nos anos 1970, a transição da supervisão para coordenação pedagógica ao longo dos anos 1980 e a legitimação dessa função nos anos de 1990 por meio da nova Lei de Diretrizes e Bases no. 9394/96, passando a ter um papel de articuladora dentro do espaço escolar.

Palavras-chaves: Coordenação Pedagógica; supervisão escolar; articuladora.

Apresentamos neste trabalho resultados parciais da pesquisa em curso, intitulada *o coordenador pedagógico nas políticas de estado: análise dos anos de 1980 e 1990* o processo de revisão de literatura, que permitiu identificar a lacuna existente nas pesquisas até este momento desenvolvidas sobre função da coordenação pedagógica. O papel do CP e as ações desempenhadas por ele frente às políticas que tem formado este profissional.

As políticas públicas têm contribuído enormemente para a formação de profissionais licenciados e pedagogos em atendimento a lei no. 9.394/96 que autoriza que em cursos de especialização os licenciados possam assumir a função de coordenação pedagógica. Nesse aspecto, colocamos como nossa questão de pesquisa quais os mecanismos que tem orientado a construção das políticas para a formação de coordenadores pedagógicos ao longo das duas últimas décadas?

Para responder a essa questão buscamos identificar os documentos que regulamentaram o funcionamento de um Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica fomentado pelo Ministério da Educação (MEC) em contraste com as Diretrizes para formação de professores além da Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE 01/06, pois por meio deles construímos um panorama da época e das reais intenções que não estavam explicitas nos documentos oficiais, mas que contribuíram para a transformação ao longo do tempo de uma forma de pensar e agir sobre a dinâmica que envolve a materialização das políticas públicas de formação de professores.

Percebemos a função da CP, a partir do momento em que ela passa a ser considerada como um importante papel para a execução das políticas públicas no interior das escolas.

Entendemos os processos que constituíram e estruturaram a forma de se pensar em CP e por fazerem parte de uma História recente, que ainda provoca reflexos no *modus operandi* de formação e atuação deste profissional é que optamos por pensar a *História do Presente.*

A História do Presente é desenvolvida por Foucault, a partir das ideia de Nietzsche de História vista de Baixo, para ele, a História efetiva, lança seus olhares ao que está próximo (...) ela perscruta as decadências; e se afronta outras épocas é com a suspeita – não rancorosa, mas alegre – de uma agitação bárbara e inconfessável. Ela não teme olhar para baixo. Mas olha do alvo, mergulhado para apreender as perspectivas, desdobrar as dispersões e as diferenças, deixar a cada coisa sua medida e sua intensidade (Foucault, 2005, p. 29)

Em função de o objeto ser recortado em um dado tempo histórico, também utilizamos da pesquisa bibliográfica e documental.

Nessa perspectiva a pesquisa focou nas entrelinhas dos discursos presentes na legislação e na fala dos atores que vivenciaram, como alunos do curso de Especialização em Coordenação Pedagógica os reflexos das políticas elaboradas em contraponto as práticas descritas com base em ações definidas na literatura.

Assim, constatamos ao longo da década de 1980, veremos uma mudança no cenário político, com os movimentos de professores articulando-se em torno da reformulação das diretrizes da pedagogia, o movimento pelas “Diretas já” que ganhou as ruas em 1983-1984, a eleição indireta de Tancredo Neves em 1985 e a promulgação, em 1988, da Constituição Federal, que mostravam que uma nova mentalidade de liberdade unia as pessoas em torno da busca de conquistas sociais. Portanto, passaram a ser cada vez menos aceitas as práticas autoritárias.

Referências:

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.